2509

Rio de Janeiro, setembro de 2019



ANÁLISE DESCRITIVA DOS LANÇAMENTOS PREVIDENCIÁRIOS DO CADASTRO NACIONAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS

Marcos Antonio Coutinho da Silveira

Técnico de planejamento e pesquisa na Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas (Dimac) do Ipea. *E-mail*: <marcos.silveira@ipea.gov.br>.

Ajax Reynaldo Bello Moreira

Coordenador de estudos de conjuntura e flutuação cíclica na Dimac/Ipea. *E-mail*: <ajax.moreira@ipea.gov.br>.

O sistema previdenciário brasileiro tem sido historicamente organizado como um regime de repartição. Uma característica intrínseca desse regime é que o equilíbrio atuarial do sistema depende não apenas da evolução da estrutura demográfica do país, mas também das regras de contribuição e de recebimento de benefícios, principalmente de aposentadorias e pensões, uma vez que elas impactam diretamente o comportamento contributivo dos indivíduos e suas decisões acerca do início do recebimento dos benefícios. Não é surpreendente, portanto, que seja quase um consenso que as transformações em curso na estrutura demográfica brasileira pressionam por mudanças urgentes nas atuais regras previdenciárias, com o objetivo de garantir o equilíbrio atuarial do sistema previdenciário. Para tanto, é importante prever o impacto de propostas de regras alternativas sobre as trajetórias futuras das receitas de contribuições e dos gastos com benefícios – o que é, contudo, um trabalho complexo, pois depende de informação não diretamente observada. No caso dos aposentados, por exemplo, todas as contribuições pagas são observadas, porém os benefícios precisam ser parcialmente estimados. No caso dos contribuintes ainda ativos, é necessário estimar os pagamentos restantes e os recebimentos de benefícios.

A alternativa proposta neste trabalho é usar uma amostra aleatória dos indivíduos presentes no Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS): um arquivo administrativo com o histórico de lançamentos de contribuições e benefícios previdenciários dos participantes do Regime Geral de Previdência Social (RGPS). O arquivo também possui informação sobre características pessoais relevantes desses indivíduos, tais como gênero, idade e ano de nascimento, as quais podem ser usadas na estimação das probabilidades de

contribuição e de recebimentos de benefícios de pessoas de diferentes segmentos da população brasileira. Visto que as regras previdenciárias atingem os segmentos de forma desigual, esses resultados podem, então, ser usados para prever seu impacto sobre a sustentabilidade do sistema previdenciário. Este trabalho dá o primeiro passo nesse esforço de pesquisa ao fornecer uma análise descritiva detalhada da base de dados do CNIS, apontando suas vantagens e inconsistências.

SUMÁRIO EXECUTIVO